



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Nova Timboteua



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Nova Timboteua (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

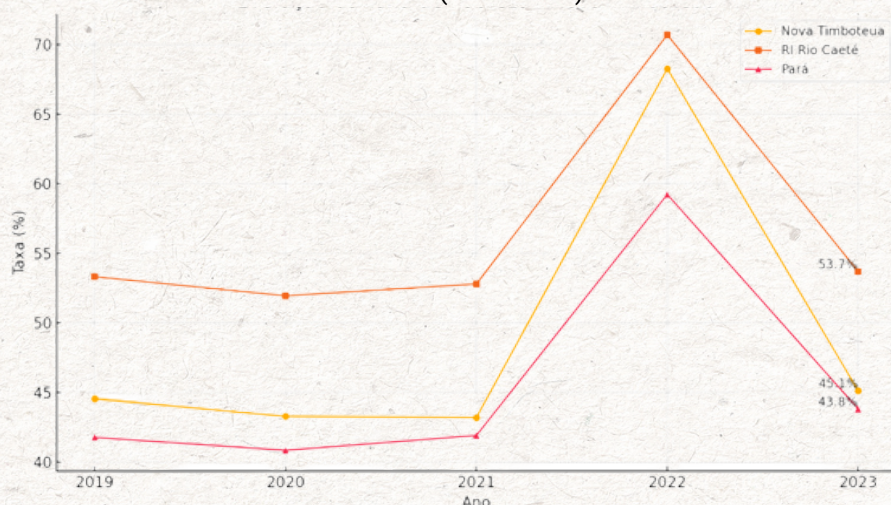
A taxa de pobreza em Nova Timboteua apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando levemente de 44,7% em 2019 para 43,1% em 2021. Contudo, em 2022, ocorreu um expressivo aumento, atingindo 69,0%, o maior valor do período. Em 2023, a taxa recuou para 45,1%, retornando a patamares próximos aos observados antes da elevação abrupta. Na Região de Integração (RI) Rio Caeté, a tendência foi semelhante: partindo de 53,4% em 2019 e alcançando um pico de 70,3% em 2022, antes de cair para 53,7% em

2023. Já no estado do Pará, o comportamento foi menos volátil, oscilando entre 41,8% (2019) e 42,5% (2021), com aumento para 58,9% em 2022 e posterior queda para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Esse padrão sugere um impacto conjuntural acentuado, possivelmente relacionado aos efeitos econômicos da pandemia em 2022, seguido de recuperação no ano seguinte. Destaca-se que Nova Timboteua apresentou a maior oscilação entre os territórios, com uma variação de quase 26 pontos percentuais

entre o menor (2021) e o maior valor (2022). A recuperação em 2023, apesar de positiva, ainda deixa o município com uma taxa de pobreza mais elevada que o estado do Pará (45,1% contra 43,8%), embora inferior à da sua Região de Integração (53,7%) (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

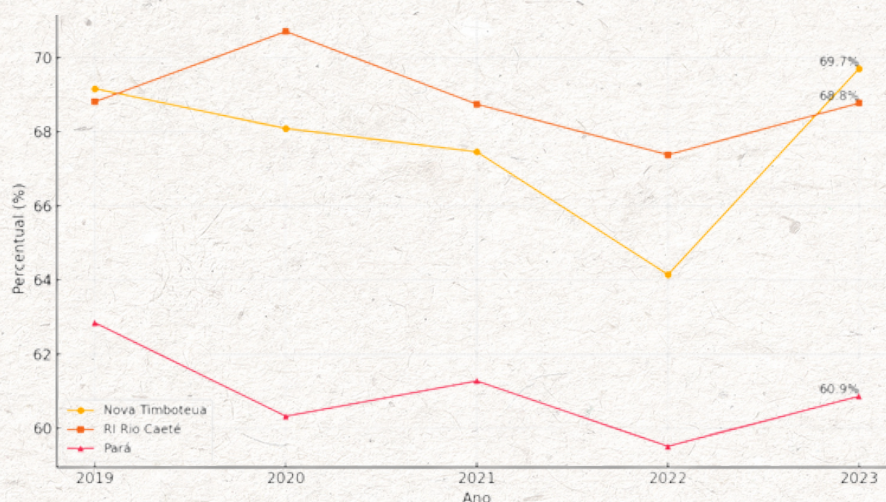
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Nova Timboteua mantiveram-se relativamente elevadas ao longo do período, começando com 69,1% em 2019 e registrando pequenas quedas até atingir 64,2% em 2022, o menor percentual da série. Em 2023, houve uma recuperação significativa, com o município atingindo 69,7%, superando inclusive os níveis iniciais. A RI Rio Caeté seguiu padrão similar, iniciando com 68,9% em 2019, subindo para 70,7% em 2020, e recuando até 67,3% em 2022, antes de voltar a subir para 68,8% em 2023. No estado do Pará, o comportamento foi mais moderado, com variações menores: de 62,8% em 2019 para um mínimo de 59,3% em 2022, recuperando para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A análise demonstra que, apesar de oscilações pontuais, tanto Nova Timboteua quanto sua região mantêm percentuais de gastos com serviços essenciais acima da média estadual, indicando maior prioridade relativa a essas despesas. A forte recuperação de Nova Timboteua em 2023, atingindo o maior percentual da série (69,7%), pode indicar esforços do poder público local para enfrentar os impactos sociais recentes, especialmente após o aumento da pobreza observado no ano anterior. Esse comportamento pode ter contribuído para a redução da taxa de pobreza em 2023, refletindo a importância do investimento contínuo em serviços essenciais na mitigação da vulnerabilidade social (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Nova Timboteua, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer teve uma elevação acentuada entre 2019 e 2021, passando de apenas 1,5% em 2019 para 12,5% em 2021, o que representa um aumento de 11 pontos percentuais. A partir de 2022, essa taxa começou a recuar, caindo para 10,5% naquele ano e alcançando 6,0% em 2023. Apesar da melhora recente, o município ainda não retornou ao patamar inicial de 2019, revelando uma oscilação significativa e preocupante ao longo

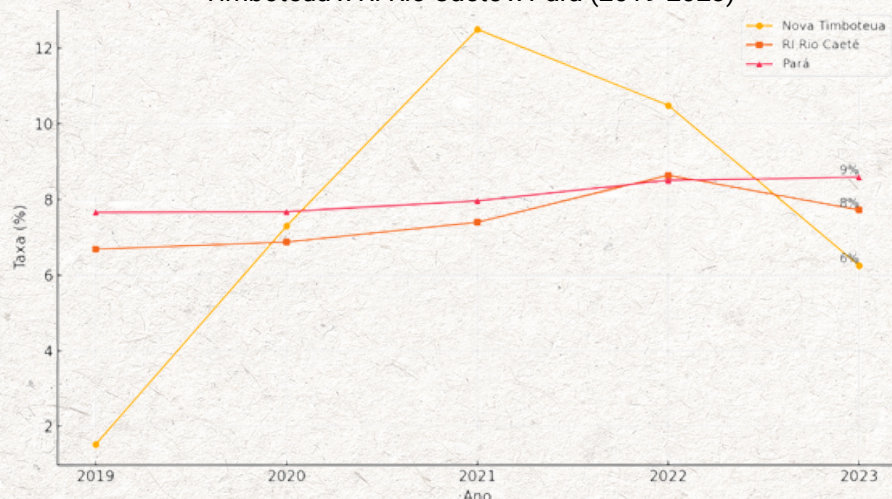
do período (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Rio Caeté, o indicador foi mais estável, variando de 6,7% em 2019 para 7,8% em 2023, com pico de 8,6% em 2022. O Estado do Pará, por sua vez, apresentou tendência semelhante à da RI, oscilando entre 7,6% (2019) e 9,0% (2023), com um aumento mais contínuo, porém moderado. Esses dados indicam que Nova Timboteua enfrentou um episódio pontual e grave de aumento da prevalência de baixo peso entre 2019 e 2021, o que pode

estar relacionado a fatores locais de saúde pública, assistência pré-natal ou condições socioeconômicas temporárias adversas (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

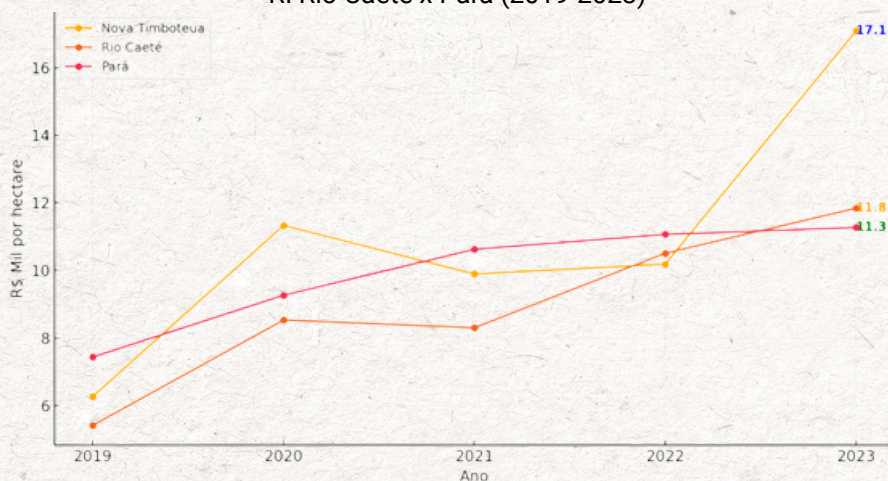
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Nova Timboteua apresentou forte crescimento no período analisado, saltando de R\$ 6,3 mil/hectare em 2019 para R\$ 17,1 mil/hectare em 2023. Houve um pico inicial em 2020 (R\$ 11,4 mil/hectare), seguido de uma leve queda em 2021 (R\$ 9,9 mil/hectare), antes de retomar a trajetória ascendente em 2022 (R\$ 10,2 mil/hectare) e crescer de forma expressiva em 2023. Esse desempenho final posiciona o município bem acima dos valores registrados na sua região e no estado, indicando avanços significativos na eficiência da produção agrícola local (Gráfico 4).

A RI Rio Caeté também teve crescimento, saindo de R\$ 5,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,8 mil/hectare em 2023, com leve queda em 2021, semelhante ao comportamento de Nova Timboteua. Já o Estado do Pará apresentou evolução mais estável e linear, iniciando com R\$ 7,5 mil/hectare em 2019 e chegando a R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. Dessa forma, a trajetória de Nova Timboteua se destaca tanto pela intensidade quanto pela aceleração recente de crescimento em 2023, possivelmente associada à adoção de tecnologias, práticas de manejo mais eficientes ou à diversificação produtiva (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

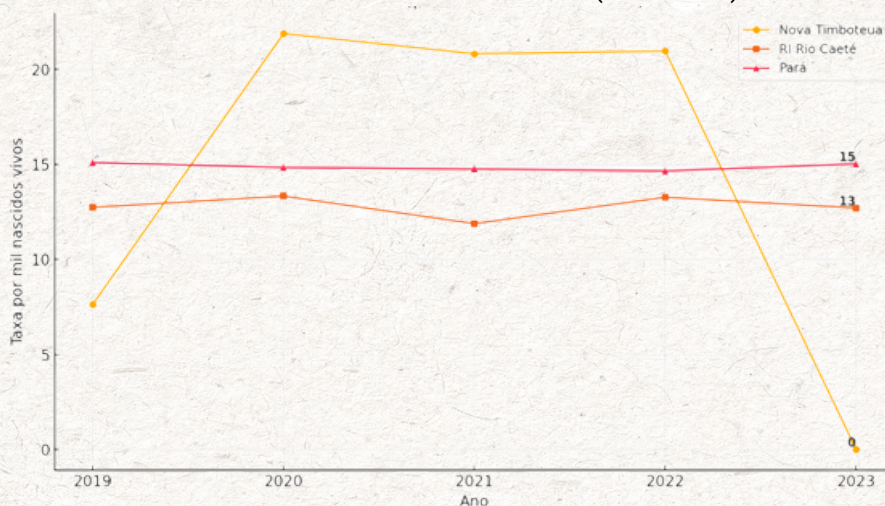
Em Nova Timboteua, a taxa de mortalidade infantil sofreu uma elevação expressiva entre 2019 e 2020, saltando de 7,7 para 22,0 mortes por mil nascidos vivos, mantendo-se elevada nos anos seguintes com valores de 21,0 tanto em 2021 quanto em 2022. No entanto, em 2023, o indicador apresentou uma queda abrupta para 0,0, o que pode indicar ausência de registro de óbitos naquele ano ou inconsistências na coleta de dados. De todo modo, o comportamento irregular do indicador sinaliza desafios pontuais significativos no sistema de saúde local, especialmente entre 2020 e 2022, quando os níveis ficaram muito acima

das médias estadual e regional (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Caeté, a taxa foi mais estável, oscilando levemente entre 12,8 (2019) e 13,0 (2023), com variações discretas no período intermediário. O Estado do Pará também apresentou estabilidade, partindo de 15,2 em 2019 e encerrando 2023 com o mesmo valor. Essa consistência nos dados estaduais e regionais reforça a atipicidade do comportamento observado em Nova Timboteua, principalmente no ano de 2023, cuja queda total exige uma análise mais cautelosa quanto à confiabilidade ou particularidades contextuais do município (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

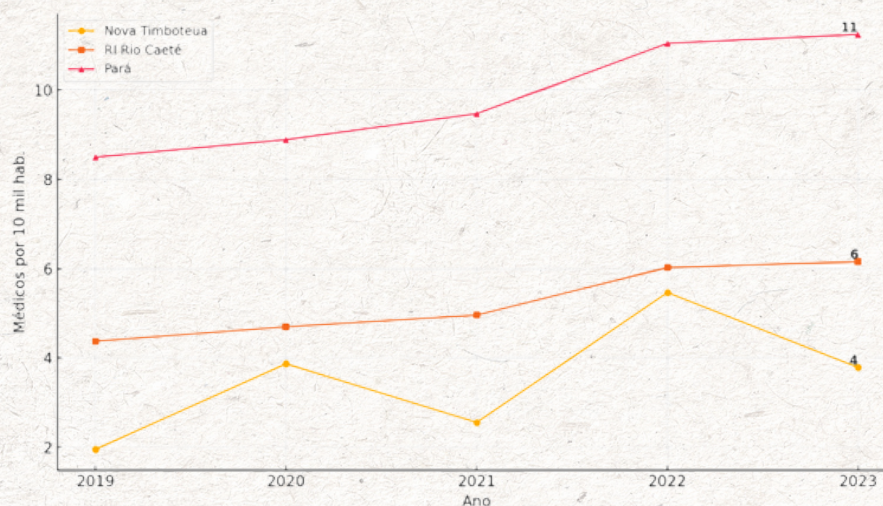
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Nova Timboteua cresceu de forma irregular entre 2019 e 2023. Em 2019, o município contava com 1,9 médicos por 10 mil habitantes, subindo para 3,8 em 2020, recuando para 2,6 em 2021, e atingindo seu maior patamar em 2022, com 5,5 médicos. Em 2023, houve novo recuo para 4. Esse padrão instável pode refletir rotatividade de profissionais, vínculos temporários ou políticas de contratação não contínuas. Apesar dos avanços pontuais, o município encerra o período ainda abaixo dos índices regionais e estaduais (Gráfico 6).

Na RI Rio Caeté, o crescimento foi mais consistente: partiu de 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2019 e chegou a 6,2 em 2023. Já no Estado do Pará, a evolução foi ainda mais significativa e estável, saindo de 8,5 para 11,0 no mesmo intervalo. Essa tendência reforça a persistente desigualdade no acesso a profissionais médicos entre o município e demais níveis territoriais, e ajuda a explicar, em parte, as dificuldades locais no enfrentamento de problemas de saúde pública, como a oscilação da mortalidade infantil observada no mesmo período (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Nova Timboteua, o número de vagas no ensino público por mil habitantes iniciou em 177,9 em 2019, sofreu uma leve queda nos anos seguintes, atingindo 172,6 em 2020 e 177,7 em 2021. Em 2022, houve um salto significativo para 209,2, o maior valor do período, mas em 2023 voltou a recuar para 188,1 vagas. Esse comportamento demonstra certa instabilidade na oferta educacional per capita no município, com um esforço de ampliação visível em 2022, mas não sustentado no ano seguinte (Gráfico 7).

Na Região de Integração Rio Caeté, os valores começaram elevados em 2019 (243,7 va-

gas), recuando para 234,2 em 2020, e mantendo-se relativamente estáveis até 2022 (242,7), quando houve nova queda para 216,2 em 2023. Já o estado do Pará teve comportamento mais moderado, indo de 211,4 em 2019 para 206,4 em 2020 e 207,7 em 2021, crescendo até 219,1 em 2022 e depois caindo para 198,3 em 2023. Apesar das variações, observa-se que Nova Timboteua manteve, em todos os anos, uma oferta de vagas inferior às médias regional e estadual, indicando espaço para expansão do acesso educacional local (Gráfico 7).

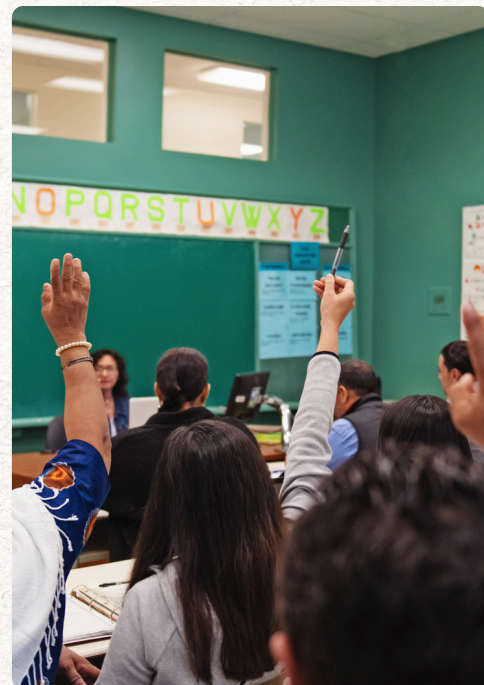
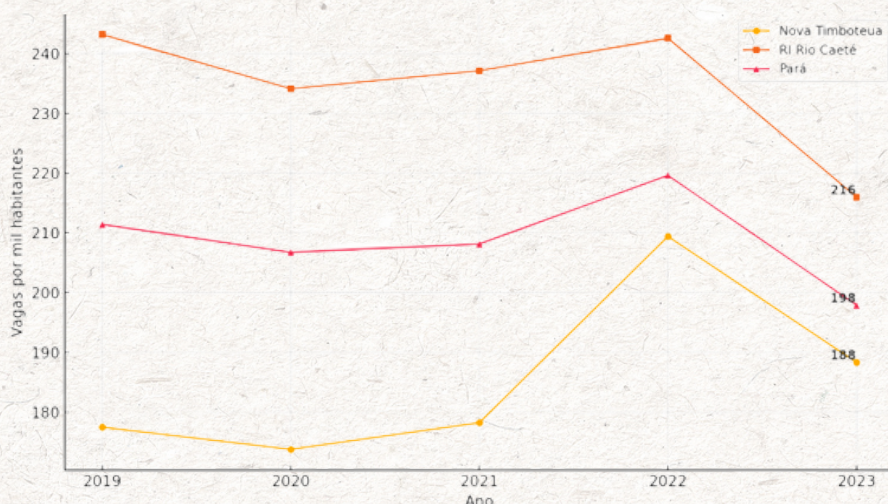


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

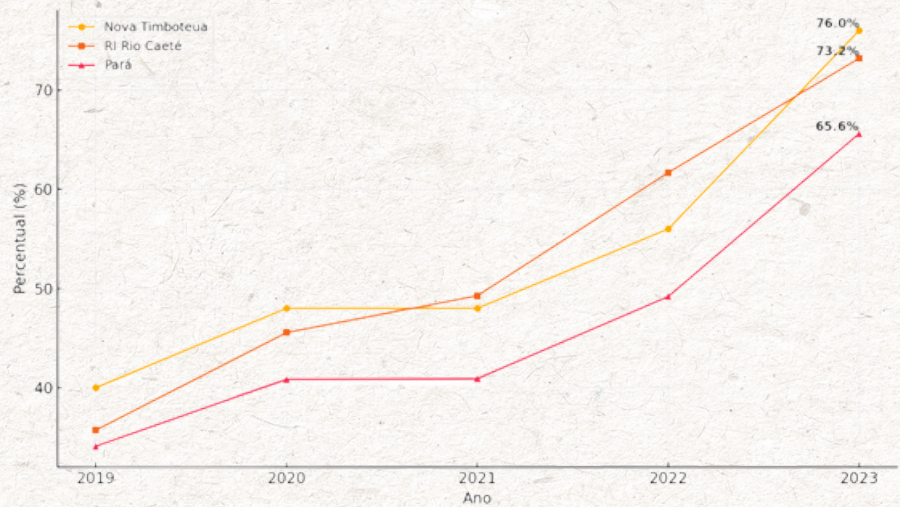
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 188 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

O percentual de escolas com acesso à internet em Nova Timboteua evoluiu de forma consistente ao longo do período. Em 2019, apenas 40,1% das escolas dispunham de conexão, subindo para 47,9% em 2020, mantendo esse patamar em 2021. A partir de 2022, observou-se uma aceleração no ritmo de crescimento, com 56,3% naquele ano e chegando a 76,0% em 2023, o maior valor entre os três níveis territoriais analisados. Esse avanço expressivo indica investimentos recentes em infraestrutura digital no município, que podem refletir políticas públicas voltadas à conectividade educacional, especialmente pós-pandemia (Gráfico 8).

Na RI Rio Caeté, o crescimento também foi relevante: de 35,3% em 2019 para 73,2% em 2023, passando por 45,5% em 2020, 49,5% em 2021 e 61,9% em 2022. Já o estado do Pará mostrou uma trajetória de crescimento mais gradual, iniciando em 33,6% em 2019 e atingindo 65,6% em 2023. Esses dados posicionam Nova Timboteua, ao final da série, como destaque positivo na proporção de escolas com acesso à internet, superando tanto sua região quanto o estado, o que representa um avanço significativo para a inclusão digital e a qualidade do ensino (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

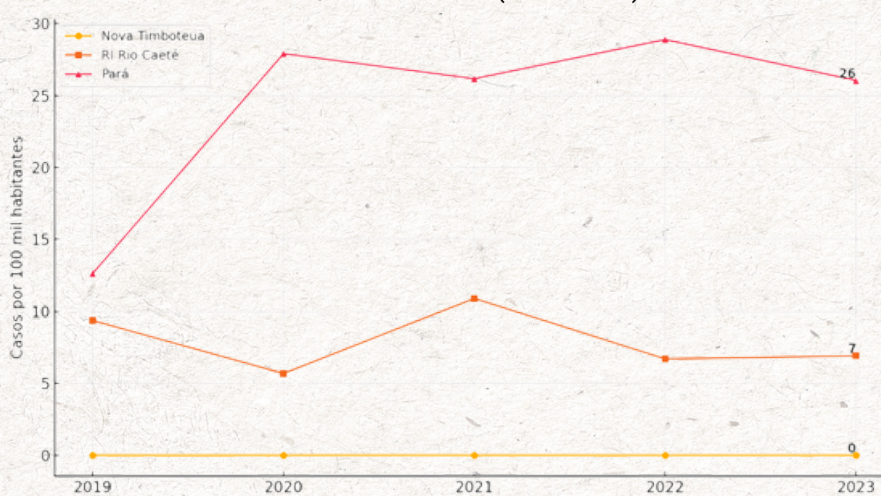
Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em Nova Timboteua, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros registrados oficialmente permaneceu zero durante todo o período de 2019 a 2023. Essa constância em zero casos pode tanto indicar subnotificação e ausência de registros quanto, menos provável, ausência de ocorrência do fenômeno. A ausência de registros contrasta com os dados das demais esferas territoriais, o que pode sugerir barreiras institucionais ou sociais à denúncia no município, especialmente se considerados os desafios estruturais de municípios de pequeno porte quanto ao acesso a canais de denúncia e proteção às vítimas (Gráfico 9).

Na Região de Integração do Rio Caeté, a taxa variou entre 9,5 casos por 100 mil habitantes em 2019 e 6,9 em 2023, com uma oscilação ao longo do período (pico de 10,8 em 2021). Já o estado do Pará apresentou níveis bem mais altos: partindo de 12,7 casos em 2019, saltou para 27,9 em 2020, mantendo-se elevado até 2023, quando registrou 26,0. Esses dados reforçam a hipótese de subnotificação em Nova Timboteua e apontam para uma persistência estrutural do problema no nível estadual, exigindo políticas públicas mais eficazes para combate à violência doméstica e fortalecimento da rede de proteção à mulher (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

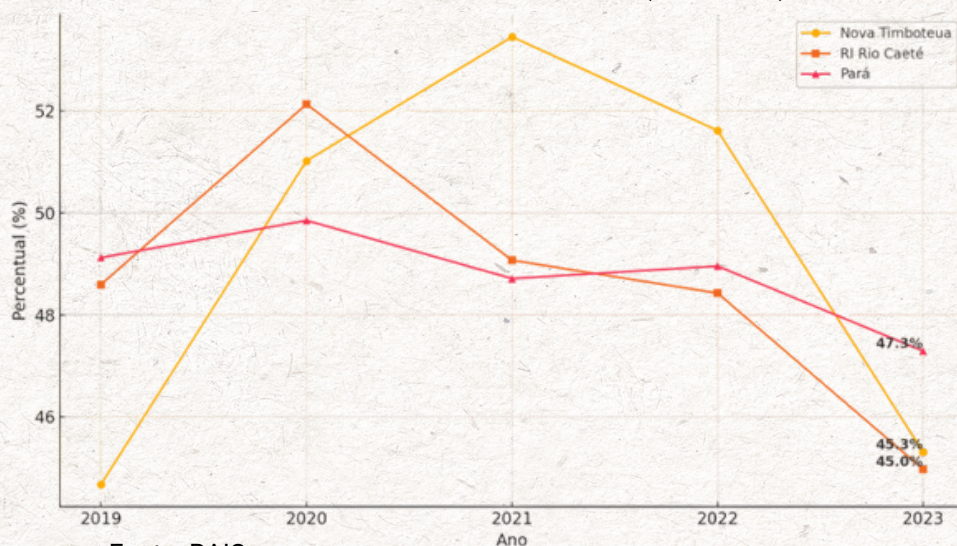
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de mulheres em cargos gerenciais em Nova Timboteua apresentou crescimento inicial significativo, passando de 44,4% em 2019 para 51,0% em 2020, alcançando o pico de 53,4% em 2021. No entanto, houve queda nos dois anos seguintes: 51,6% em 2022 e 45,3% em 2023. Apesar da oscilação, o município encerra o período com percentual próximo ao ponto de partida, sinalizando uma possível dificuldade na manutenção da participação feminina em posições de liderança, que pode estar associada a contextos institucionais, culturais ou econômicos (Gráfico 10).



Na RI Rio Caeté, a participação feminina iniciou em 48,5% (2019), atingiu o pico de 52,2% em 2020 e decaiu gradualmente até 45,0% em 2023. Já no Pará, a evolução foi menos volátil, variando de 49,1% (2019) para 47,3% (2023), com discreta oscilação ao longo dos anos. Comparativamente, Nova Timboteua superou as médias estadual e regional entre 2020 e 2022, destacando-se positivamente nesse período. No entanto, a queda em 2023 pode acender um alerta sobre retrocessos recentes na equidade de gênero no mercado de trabalho formal local (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

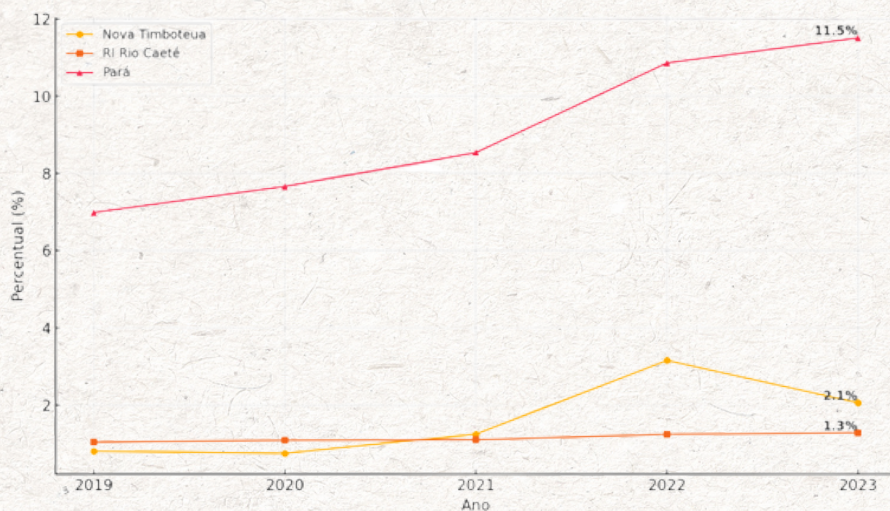
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Nova Timboteua, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto era de 0,8% em 2019 e permaneceu no mesmo patamar em 2020. A partir de 2021, houve um leve crescimento para 1,2%, seguido por um avanço mais expressivo em 2022, alcançando 3,1%. No entanto, em 2023, o índice recuou para 2,1%, ainda assim se mantendo acima dos níveis observados nos três primeiros anos da série. Essa trajetória aponta para um esforço pontual de ampliação da cobertura de esgoto para a população mais vulnerável, embora com certa instabilidade no avanço (Gráfico 11).

Na RI Rio Caeté, o indicador foi praticamente estático, variando de 1,1% em 2019 para 1,3% em 2023, com leve oscilação no período. Já o estado do Pará apresentou crescimento consistente: de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para a aceleração entre 2021 (8,5%) e 2022 (10,9%). Isso evidencia que, apesar de alguns avanços em Nova Timboteua, o município ainda está muito aquém da média estadual e da própria região, apontando para a urgência de políticas estruturantes voltadas à universalização do saneamento básico entre as camadas mais pobres da população (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

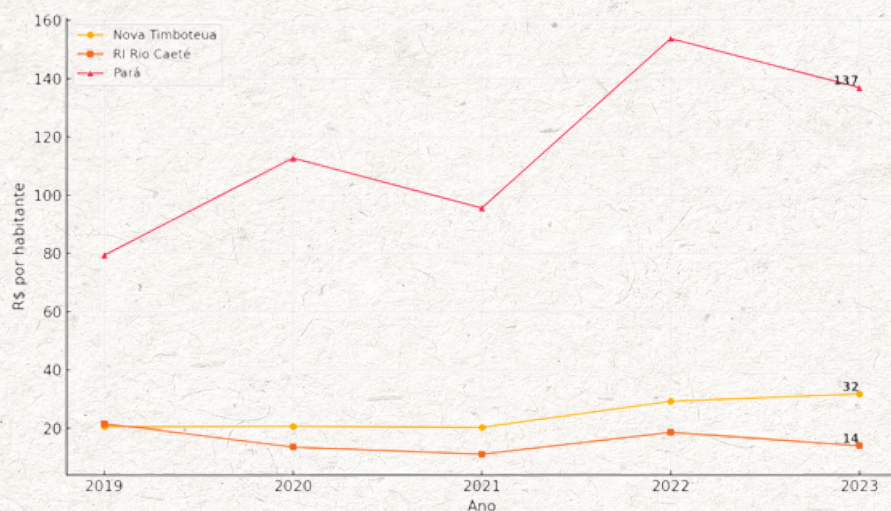
Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Nova Timboteua apresentou crescimento relevante ao longo do período. Em 2019, o município investiu R\$ 20,6 por habitante, valor que se manteve praticamente estável em 2020 e 2021 (ambos com R\$ 20). A partir de 2022, observa-se uma elevação para R\$ 29 e, em 2023, o gasto alcançou R\$ 32 por habitante. Essa tendência de crescimento, especialmente nos dois últimos anos, sugere um aumento do comprometimento orçamentário com o setor, o que pode estar ligado aos resultados positivos registrados, ainda que modestos, na ampliação da coleta de esgoto entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na RI Rio Caeté, o investimento teve uma trajetória decrescente. Em 2019, era de R\$ 22 por habitante, caindo para R\$ 14 em 2023, com destaque para o ponto mais baixo em 2021 (R\$ 11). O estado do Pará, por sua vez, apresentou valores significativamente superior: partindo de R\$ 80 em 2019, atingiu R\$ 113 em 2020, com pico em 2022 (R\$ 152), antes de encerrar 2023 com R\$ 137 por habitante. Comparado a esses níveis, Nova Timboteua permanece com um nível de gasto muito inferior, o que pode limitar o impacto estrutural das ações no saneamento, apesar da trajetória positiva recente (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 32/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

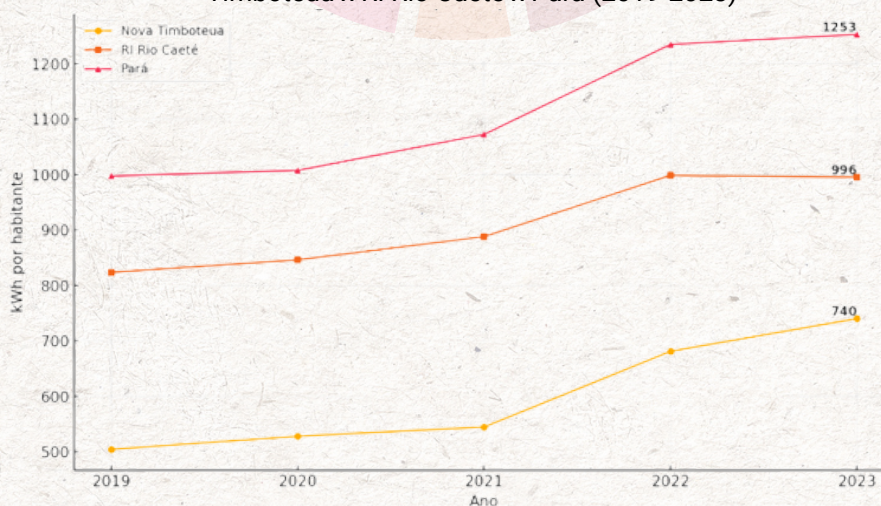


O consumo de energia elétrica per capita em Nova Timboteua apresentou crescimento contínuo ao longo do período analisado. Em 2019, o consumo era de 504 kWh por habitante, passando para 528 kWh em 2020, 546 kWh em 2021, com um salto expressivo para 683 kWh em 2022, e alcançando 740 kWh por habitante em 2023. Esse comportamento indica aumento no acesso e uso da energia elétrica no município, possivelmente relacionado à expansão da infraestrutura, maior cobertura domiciliar e crescimento econômico ou populacional (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Rio Caeté, o crescimento também foi notável, partindo de 828 kWh/hab. em 2019 e atingindo 996 kWh em 2022, valor que se manteve estável em 2023. O estado do Pará apresentou o maior consumo absoluto entre os territórios analisados, subindo de 996 kWh em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Apesar de Nova Timboteua ainda se manter com o menor consumo per capita entre os três níveis, sua taxa de crescimento foi a mais acelerada no período, o que demonstra avanços relevantes rumo à equiparação regional (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 740 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

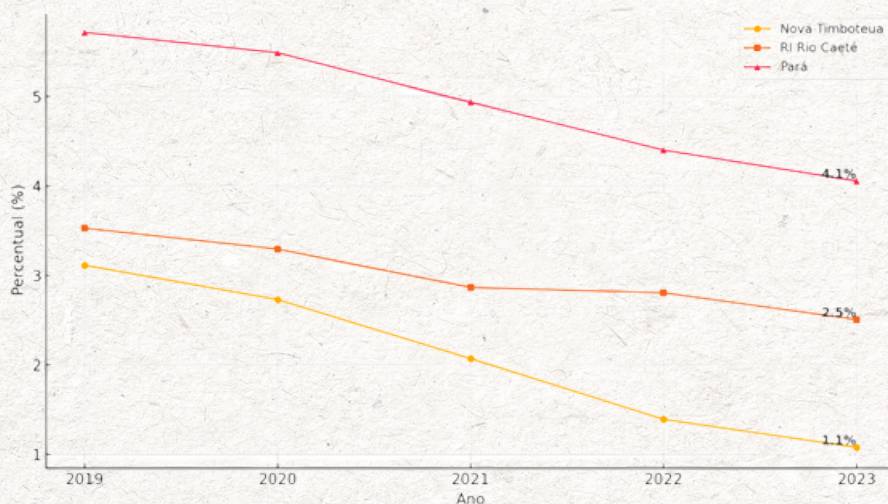
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil (como lamparinas a querosene) em Nova Timboteua reduziu-se progressivamente, o que aponta uma tendência de melhoria nas condições de acesso à eletricidade. Em 2019, o índice era de 3,1%, recuando para 2,7% em 2020, 2,1% em 2021, 1,5% em 2022 e, finalmente, 1,1% em 2023. Essa trajetória representa uma queda de dois terços em cinco anos, indicando resultados positivos em políticas de eletrificação e inclusão energética da população mais vulnerável (Gráfico 14).

Na RI Rio Caeté, o indicador caiu de 3,5% em 2019 para 2,5% em 2023, mantendo uma redução mais lenta do que a observada no município. O estado do Pará, embora com os percentuais mais elevados, também mostrou melhoria, passando de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Nova Timboteua encerra o período com o menor percentual entre os três níveis analisados, sinalizando um progresso significativo na substituição de fontes precárias de iluminação por fornecimento regular de energia elétrica, com reflexos positivos em qualidade de vida e segurança residencial (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

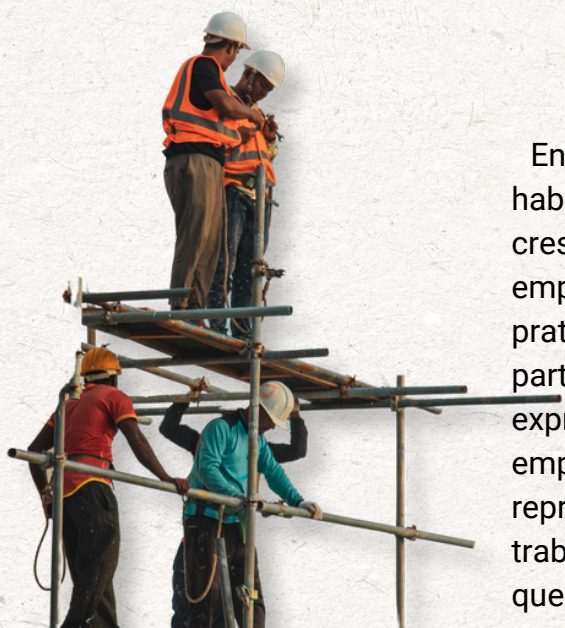
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

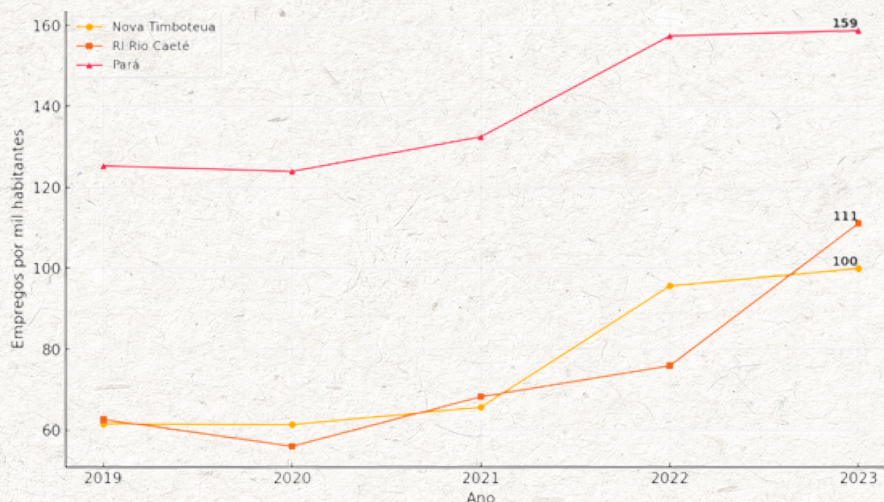


Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de empregos formais por mil habitantes em Nova Timboteua apresentou tendência de crescimento consistente. O indicador iniciou em 62,4 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se praticamente estável em 2020 (61,7), e começou a subir a partir de 2021, atingindo 66,6. Em 2022, houve um salto expressivo para 95,3 e, em 2023, o município alcançou 100,2 empregos formais por mil habitantes. Esse desempenho representa uma valorização significativa do mercado de trabalho formal local, especialmente entre 2021 e 2022, o que pode estar relacionado à recuperação econômica pós-pandemia, incentivos a formalizações ou expansão de setores econômicos locais (Gráfico 15).

Na Região de Integração do Rio Caeté, o indicador também cresceu no período, saindo de 63,1 em 2019 para 111,2 em 2023. Após uma leve queda em 2020 (55,7), a região iniciou trajetória ascendente, superando Nova Timboteua nos dois últimos anos. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos ao longo de toda a série: começou com 125,1 em 2019, caiu ligeiramente para 123,7 em 2020, e alcançou 159,2 em 2023. Apesar de Nova Timboteua ainda estar abaixo da média estadual, o crescimento acumulado no período (cerca de 60%) demonstra um avanço importante na geração de empregos com carteira assinada, o que contribui para a estabilidade social e econômica do município (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 100 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Nova Timboteua apresentou crescimento moderado ao longo do período. Em 2018, o valor era de R\$ 7.799 e manteve-se praticamente estável em 2019 (R\$ 7.577). A partir de 2020, houve aceleração: o indicador passou para R\$ 9.194, subiu levemente em 2021 (R\$ 9.477) e, em 2022, chegou a R\$ 11.868, o maior valor da série, representando um crescimento acumulado de 53,9% em cinco anos. Esse avanço, embora expressivo em termos proporcionais, ainda mantém o município abaixo das médias estadual e regional, indicando po-

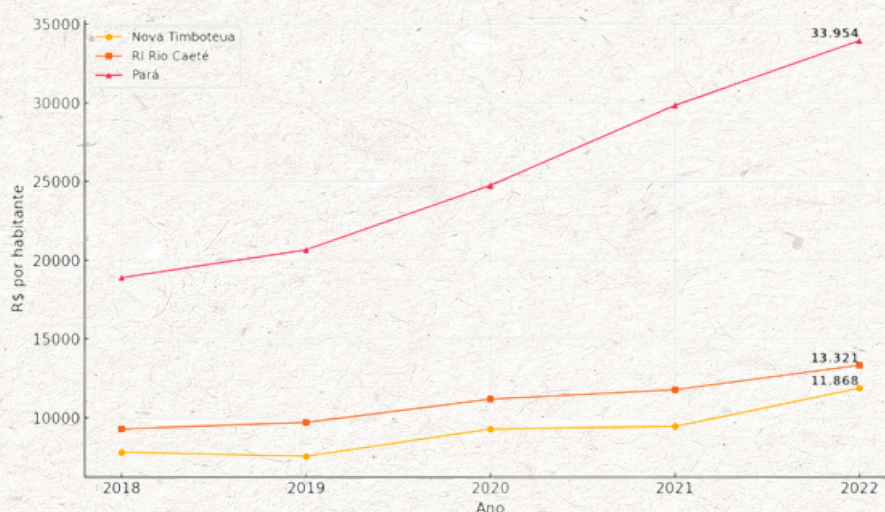


tencial de crescimento, mas também desafios de dinamismo econômico local (Gráfico 16).

Na Região de Integração Rio Caeté, o PIB per capita foi consistentemente superior, subindo de R\$ 9.162 em 2018 para R\$ 13.321 em 2022. Já no estado do Pará, o crescimento foi ainda mais acentuado, saindo de R\$ 18.992 em 2018 e atingindo R\$ 33.954 em 2022 — um aumento de quase 79%. Esses dados revelam que, embora Nova Timboteua tenha progredido, sua economia cresce em ritmo inferior ao estadual, o que pode refletir me-

nor participação de setores produtivos de alto valor agregado ou menor intensidade de investimentos estruturantes no território municipal (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.868/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

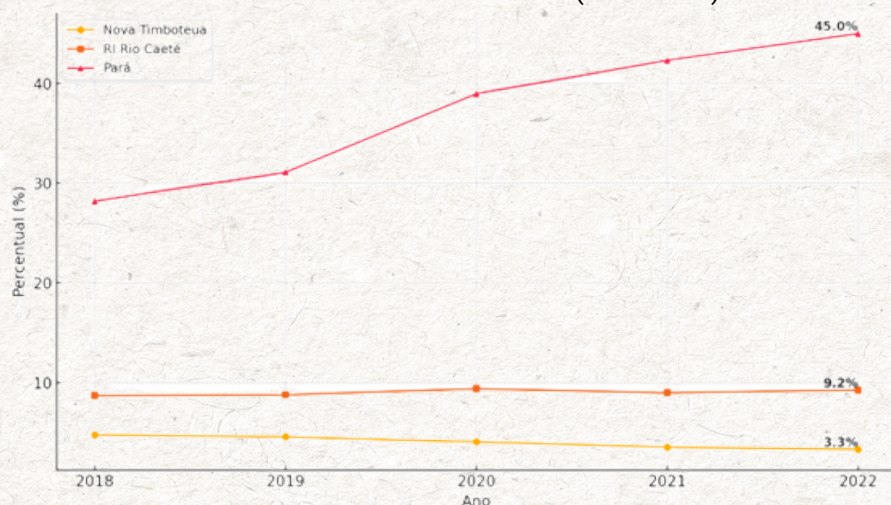


Em relação à participação da indústria na composição do PIB, Nova Timboteua registrou queda contínua ao longo do período. Em 2018, o valor adicionado da indústria representava 4,9% do PIB municipal; em 2019, caiu levemente para 4,7%; em 2020, foi para 4,3%; em 2021, atingiu 3,7%; e, em 2022, caiu ainda mais para 3,3%. Essa trajetória descendente sugere retração ou estagnação das atividades industriais locais, com possível predomínio de setores primários e de serviços na economia municipal, o que limita a diversificação produtiva e o potencial de crescimento com base em cadeias de valor mais complexas (Gráfico 17).

A RI Rio Caeté manteve certa estabilidade, com valores variando entre 8,8% e 9,4% do PIB no período, fechando 2022 com 9,2%. Já o estado do Pará apresentou crescimento expressivo na participação da indústria: partiu de 28,2% em 2018 e chegou a 45,0% em 2022. Essa diferença significativa indica que, enquanto o setor industrial estadual se fortalece — possivelmente impulsionado por grandes empreendimentos extrativos e de transformação —, Nova Timboteua segue com baixa industrialização, o que pode comprometer sua capacidade de geração de empregos de qualidade e arrecadação fiscal no médio prazo (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Nova Timboteua apresentou tendência de crescimento, embora com variações pontuais. O município iniciou o período com 13,5 profissionais em 2019, teve uma leve queda para 12,9 em 2020, mas voltou a crescer nos anos seguintes, alcançando 14,5 em 2021 e registrando seu maior valor em



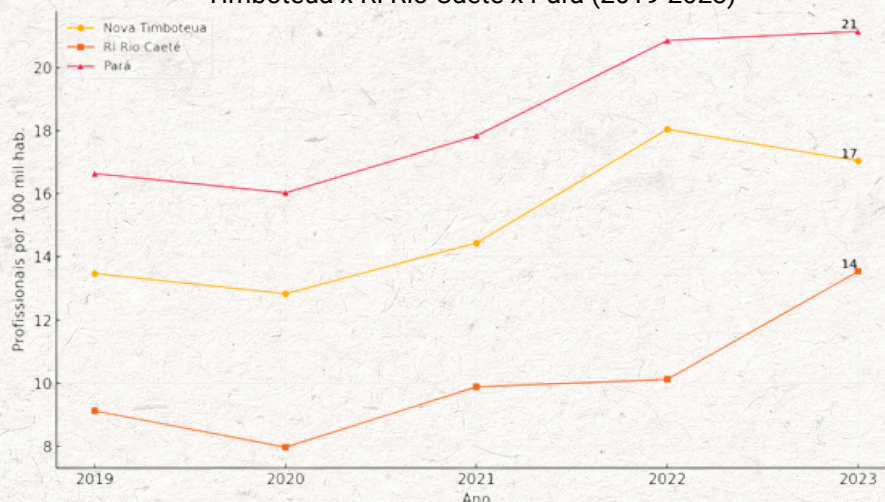
2022, com 18,0 profissionais por 100 mil habitantes. Em 2023, houve uma ligeira retração para 17,0, ainda assim mantendo-se acima dos níveis anteriores e consolidando um avanço significativo na presença de profissionais ligados à ciência no município (Gráfico 18).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador também evoluiu positivamente: de 9,1

profissionais em 2019 para 14,0 em 2023, com destaque para o crescimento expressivo entre 2022 (10,1) e 2023. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores ao longo do período, iniciando com 16,6 em 2019 e chegando a 21,0 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Apesar de Nova Timboteua ainda estar abaixo da média estadual, seu desempenho em termos de crescimento percentual no indicador foi relevante, o que sugere avanço na formação, atração ou retenção de mão de obra qualificada em áreas científicas, podendo refletir políticas locais de incentivo à educação superior, pesquisa ou inovação (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

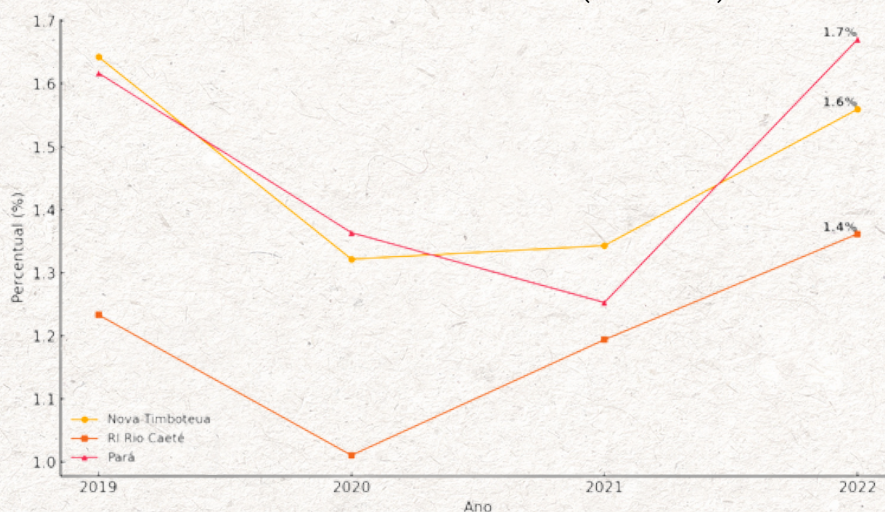


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Nova Timboteua iniciou com um valor de 1,64%, apresentando queda em 2020 para 1,33%, reflexo provável dos impactos econômicos iniciais da pandemia. A partir de então, houve recuperação gradual: em 2021, o indicador subiu ligeiramente para 1,34% e, em 2022, avançou de forma mais expressiva para 1,60%, praticamente retomando o patamar de 2019. Esse movimento indica uma recomposição do mercado de trabalho formal no município, com aumento da participação da massa salarial na economia local, o que pode refletir tanto crescimento do emprego formal quanto reajustes salariais (Gráfico 19).

Na Região de Integração do Rio Caeté, o indicador também caiu de 1,23% em 2019 para 1,01% em 2020, recuperando-se para 1,19% em 2021 e chegando a 1,39% em 2022. Já o estado do Pará apresentou trajetória semelhante: partiu de 1,62% em 2019, recuou para 1,36% em 2020 e 1,26% em 2021, antes de subir para 1,70% em 2022 — o maior valor entre os três níveis. Apesar das oscilações, todos os territórios analisados demonstram tendência de recuperação pós-2020, sendo que Nova Timboteua encerra 2022 com valor muito próximo ao estadual, sinalizando avanço na formalização do trabalho e no peso da remuneração dos vínculos formais em sua economia (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

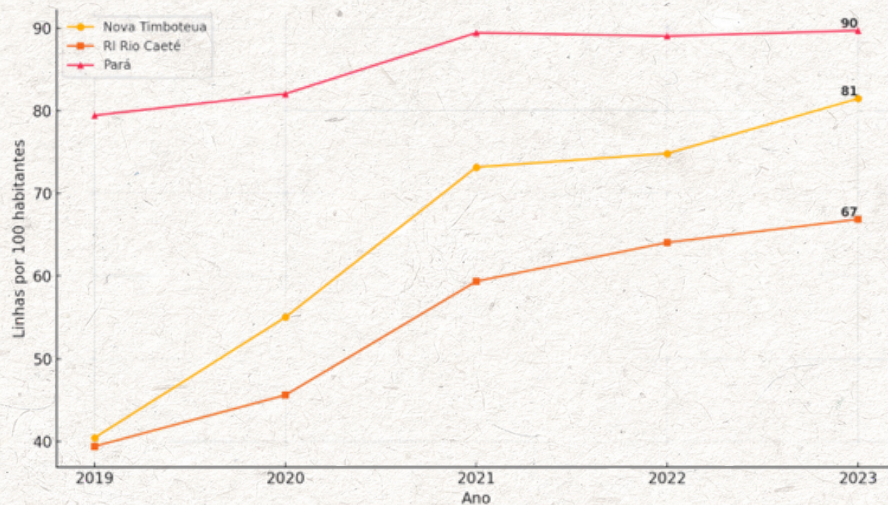
Acesso à Telefonia Móvel

Em Nova Timboteua, o acesso à telefonia móvel cresceu consideravelmente no período analisado. Em 2019, o município registrava 40,7 linhas móveis por 100 habitantes. Esse número aumentou para 55,0 em 2020, saltou para 73,0 em 2021, alcançou 74,9 em 2022 e, finalmente, atingiu 81,4 em 2023. Esse crescimento contínuo reflete a ampliação do acesso a serviços de telecomunicação e inclusão digital, sobretudo em áreas antes subatendidas, e pode estar relacionado à maior disponibilidade de infraestrutura de rede, popularização de smartphones e políticas públicas de conectividade (Gráfico 20).

A Região de Integração Rio Caeté seguiu uma tendência semelhante, saindo de 39,1 em 2019 para 66,9 linhas por 100 habitantes em 2023. Já o estado do Pará manteve-se à frente dos demais territórios ao longo de todo o período, iniciando com 79,5 em 2019 e atingindo 90,0 em 2023. Embora Nova Timboteua ainda esteja abaixo da média estadual, sua taxa de crescimento foi bastante significativa — dobrou em cinco anos —, sinalizando avanços importantes na democratização do acesso à telefonia móvel e seu potencial impacto na comunicação, educação e economia local (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

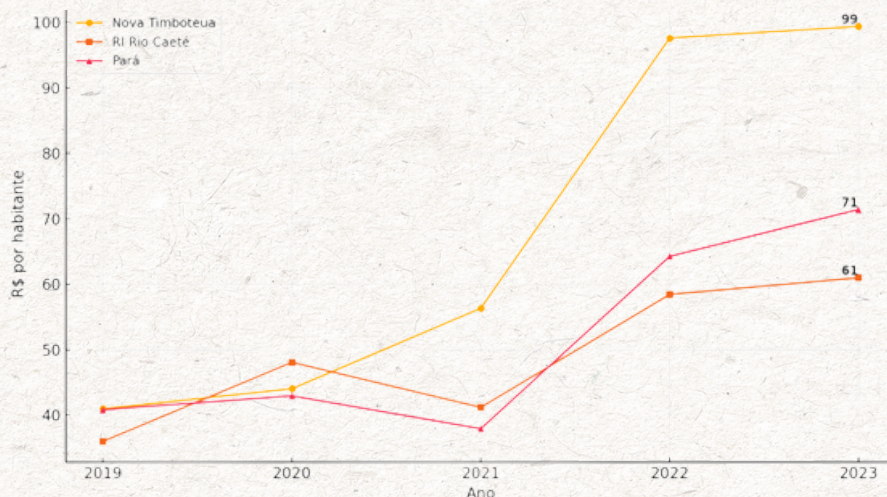
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

A despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Nova Timboteua apresentou aumento expressivo no período. Em 2019, o município investia R\$ 41,1 por habitante nessas áreas. Em 2020, o valor subiu levemente para R\$ 44,5 e, em 2021, para R\$ 56,5. Em 2022, houve um salto significativo para R\$ 97,0, alcançando R\$ 99,0 em 2023, mais do que o dobro do valor registrado no início da série. Esse crescimento aponta para um esforço deliberado de priorização dessas políticas públicas, possivelmente em resposta a demandas ambientais e culturais locais ou à ampliação de recursos vinculados (Gráfico 21).

Na RI Rio Caeté, o valor evoluiu de R\$ 36,0 em 2019 para R\$ 61,0 em 2023, com oscilações pontuais no período. O estado do Pará teve trajetória semelhante, iniciando com R\$ 41,2 em 2019, atingindo R\$ 71,0 em 2023, com o menor valor da série em 2021 (R\$ 37,7). Comparativamente, Nova Timboteua ultrapassou tanto sua região quanto o estado nos dois últimos anos, consolidando-se como destaque em investimento per capita nas áreas de cultura e meio ambiente, o que pode refletir um diferencial positivo na valorização de identidade local e sustentabilidade ambiental (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

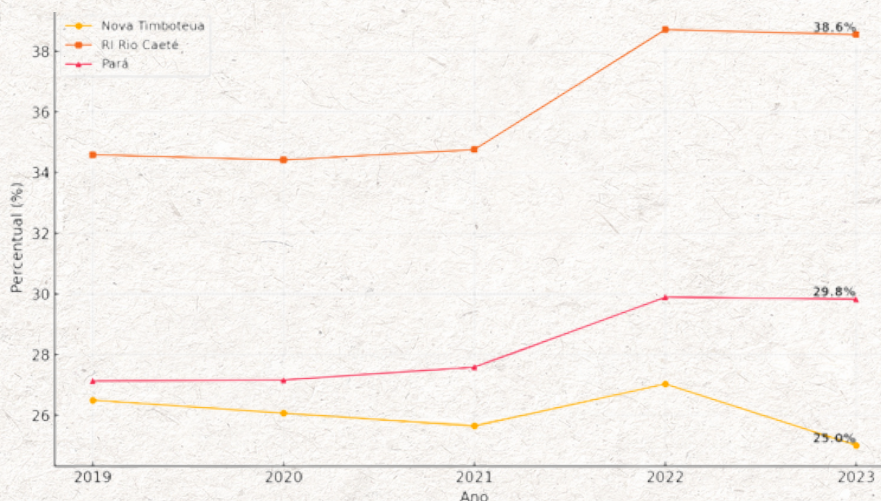


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Nova Timboteua, o percentual de pessoas de baixa renda que recorrem à queima ou enterro de lixo permaneceu relativamente estável ao longo do período, com ligeira tendência de queda. Em 2019, o índice era de 26,5%, caindo gradualmente para 26,1% em 2020, 25,7% em 2021 e registrando uma leve alta em 2022, quando chegou a 27,0%. Em 2023, houve uma queda mais significativa, com o indicador atingindo 25,0%, o menor valor da série. Apesar das flutuações, o dado aponta uma leve melhora no acesso à coleta de resíduos sólidos entre a população mais vulnerável do município, embora ainda persistam práticas inadequadas de descarte (Gráfico 22).

A Região de Integração Rio Caeté registrou percentuais mais elevados durante todo o período, partindo de 34,6% em 2019 e encerrando 2023 em 38,6%, após um aumento expressivo entre 2021 e 2022. O estado do Pará apresentou trajetória de crescimento mais moderado, iniciando com 27,0% em 2019 e atingindo 29,8% em 2022 e 2023. Nesse contexto, Nova Timboteua se destaca positivamente, mantendo índices inferiores à média estadual e regional durante os cinco anos analisados, o que pode indicar maior efetividade local em serviços de coleta de lixo ou ações de educação ambiental voltadas à população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

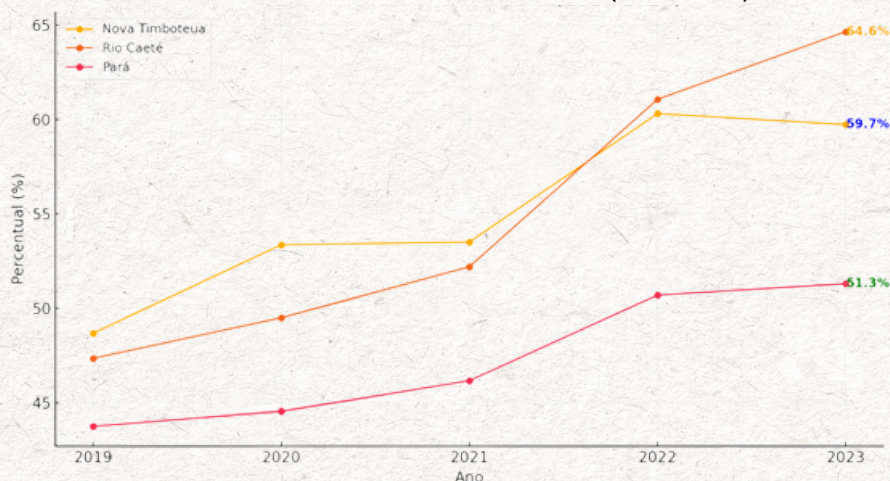
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No caso da população de baixa renda com fossa rudimentar em Nova Timboteua, o indicador apresentou crescimento acentuado no período. Em 2019, 48,5% das pessoas nessa condição utilizavam fossas rudimentares. O índice subiu para 53,3% em 2020 e manteve-se estável em 2021 (53,4%). Em 2022, houve um salto significativo para 60,7%, seguido por leve recuo em 2023, quando o valor chegou a 59,7%. Esses números evidenciam um quadro de precariedade persistente no saneamento básico da população mais vulnerável, com aumento da dependência de soluções sanitárias inadequadas (Gráfico 23).

Na RI Rio Caeté, o indicador teve compor-

tamento semelhante: partindo de 47,2% em 2019 e crescendo de forma contínua até alcançar 64,6% em 2023, superando Nova Timboteua no último ano. O estado do Pará, embora com percentuais menores, também mostrou crescimento, passando de 43,6% em 2019 para 51,3% em 2023. Esses dados revelam um retrocesso regional no acesso a sistemas de esgotamento sanitário adequados entre os mais pobres, com Nova Timboteua mantendo-se abaixo da média regional, mas ainda com níveis preocupantes que exigem políticas públicas voltadas à universalização do saneamento com foco em equidade social (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

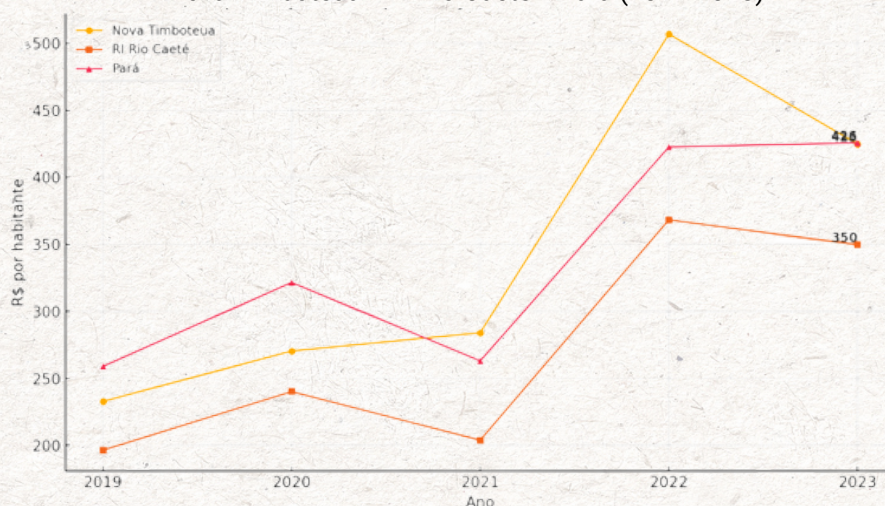


Gastos per capita com prevenção de desastres

Nova Timboteua apresentou crescimento expressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2022. Em 2019, o município destinava R\$ 234 por habitante, subindo para R\$ 271 em 2020, e R\$ 285 em 2021. Em 2022, houve um aumento significativo para R\$ 508, o maior valor da série, seguido por um leve recuo para R\$ 426 em 2023. Mesmo com essa redução recente, o município encerra o período com investimento 82% superior ao início da série, sinalizando um fortalecimento da política de prevenção e resposta a eventos extremos ou de risco ambiental (Gráfico 24).

Na Região de Integração Rio Caeté, o indicador evoluiu de R\$ 196 em 2019 para R\$ 350 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 (R\$ 208) e 2022 (R\$ 368). Já o estado do Pará apresentou valores mais altos e crescimento constante: de R\$ 259 em 2019 para R\$ 426 em 2023. Comparativamente, Nova Timboteua superou tanto a região quanto o estado em 2022 e manteve-se em patamar semelhante em 2023, evidenciando protagonismo local em alocação de recursos para prevenção de desastres, tema cada vez mais relevante diante das mudanças climáticas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 426/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O desempenho de Nova Timboteua no indicador de despesa per capita com preservação aquática foi modesto e estável em quase todo o período. De 2019 a 2022, o município não registrou valores significativos, com a linha praticamente zerada. Apenas em 2023 é que houve a primeira movimentação, com despesa de R\$ 2 por habitante, ainda muito inferior aos padrões regionais e estaduais. Isso evidencia uma ausência histórica de investimentos locais nesta área, que pode estar atrelada à priorização de outras agendas ambientais ou limitações orçamentárias específicas (Gráfico 25).

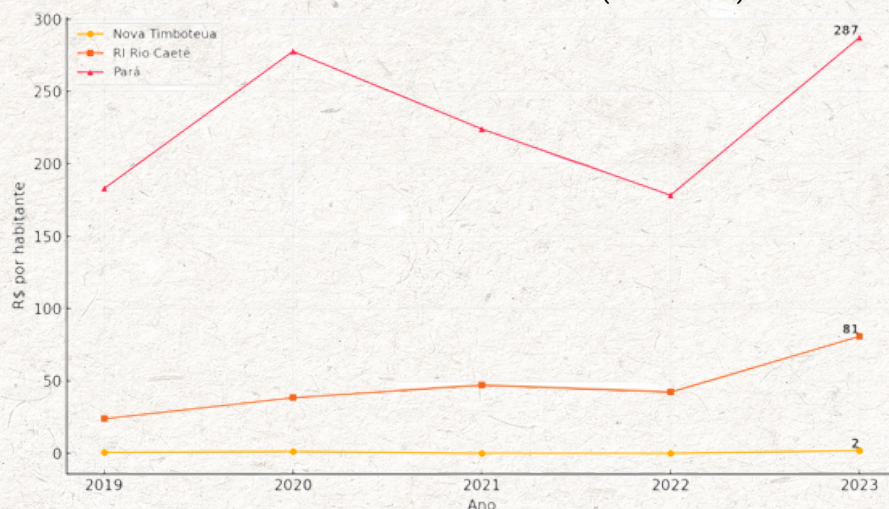
A RI Rio Caeté iniciou com R\$ 25 por ha-

bitante em 2019, elevando para R\$ 39 em 2020, R\$ 47 em 2021 e R\$ 43 em 2022, alcançando R\$ 81 em 2023. Já o estado do Pará manteve os maiores valores: partindo de R\$ 183 em 2019, com pico de R\$ 277 em 2020, oscilou nos anos seguintes e chegou a R\$ 287 em 2023. Esses dados revelam uma lacuna em Nova Timboteua no que se refere à preservação de ecossistemas aquáticos, o que pode comprometer a sustentabilidade hídrica e a resiliência ambiental local caso não haja uma estratégia mais consistente de investimentos nesse campo (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

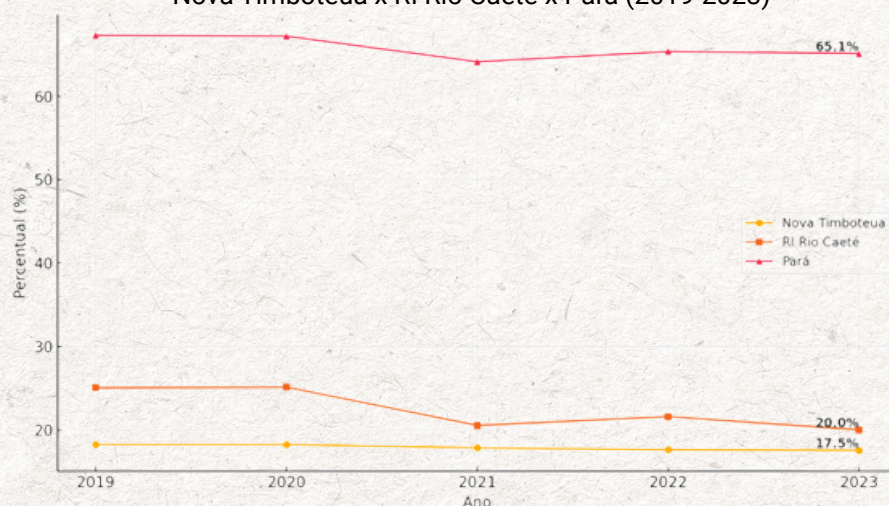
Nova Timboteua manteve relativa estabilidade no percentual de área de floresta entre 2019 e 2023, com tendência de leve redução. Em 2019 e 2020, o município registrava 18,1% de seu território coberto por floresta, valor que caiu para 17,7% em 2021, mantendo-se nesse patamar em 2022, e recuando levemente para 17,5% em 2023. Essa pequena, porém contínua queda indica perda gradual da cobertura florestal local, que pode estar relacionada à expansão agropecuária, uso urbano ou exploração madeireira não compensada por medidas de recomposição ambiental (Gráfico 26).

A RI Rio Caeté iniciou o período com 25,1% de área florestal

em 2019 e 2020, mas registrou queda acentuada em 2021 para 20,5%, mantendo-se estável em 2022 (21,7%) e encerrando 2023 com 20,0%. Já o estado do Pará, embora com valores muito mais elevados, também apresentou uma leve oscilação, passando de 66,0% em 2019 para 65,1% em 2023. Apesar disso, o Pará segue com alta proporção de área preservada. Comparativamente, Nova Timboteua apresenta cobertura florestal bastante inferior à média estadual, o que reforça a necessidade de políticas locais voltadas à conservação, reflorestamento e manejo sustentável dos remanescentes florestais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

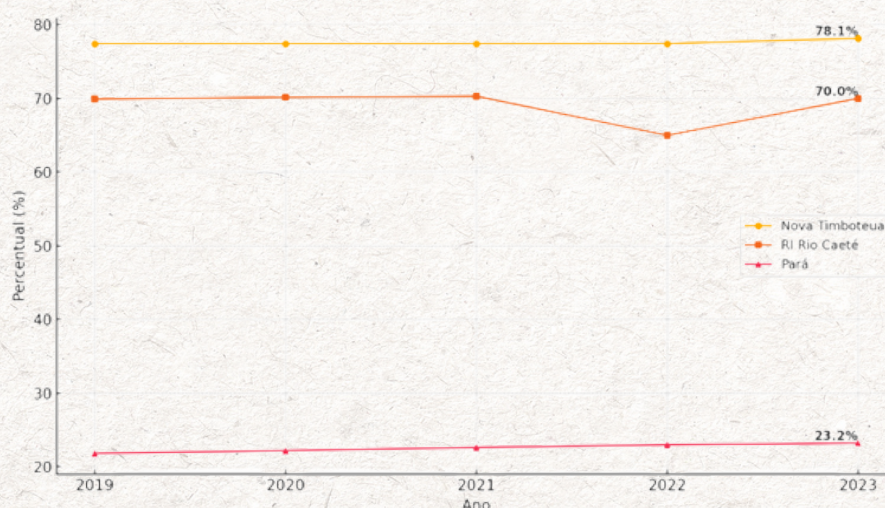
O percentual da área desmatada em relação à área total de Nova Timboteua permaneceu elevado e praticamente estável ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019 e 2020, o índice foi de 77,6%, mantendo-se em 77,7% em 2021 e 2022, com ligeiro aumento para 78,1% em 2023. Esses números indicam que quase quatro quintos do território municipal se encontram desmatados, configurando um cenário de intensa conversão da cobertura vegetal natural para usos antrópicos, o que pode comprometer os serviços ecossistêmicos locais, como regulação hídrica, controle de temperatura e conservação da biodi-

versidade (Gráfico 27).

Na RI Rio Caeté, o índice foi de 70,0% de 2019 a 2021, reduziu para 65,3% em 2022 e retornou ao patamar de 70,0% em 2023. Já no estado do Pará, o percentual foi muito inferior, iniciando em 21,7% em 2019 e aumentando para 23,2% em 2023. Enquanto o Pará apresenta relativa preservação em escala estadual, Nova Timboteua figura entre os municípios com desmatamento historicamente consolidado, revelando a urgência de estratégias de recuperação ambiental, restauração florestal e incentivo a práticas sustentáveis de uso da terra (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

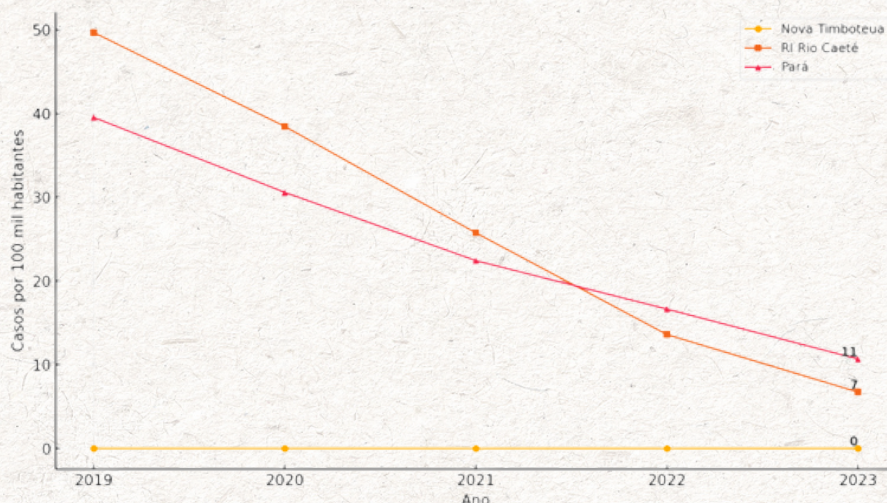
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Nova Timboteua, o indicador de trabalho infantil manteve-se zerado durante todo o período de 2019 a 2023, o que representa um dado positivo e diferenciado no contexto regional. A ausência de casos registrados por cinco anos consecutivos pode indicar a efetividade de políticas locais de proteção à infância, acesso à educação e fiscalização trabalhista. No entanto, esse dado deve ser interpretado com cautela, pois também pode refletir subnotificação, sobretudo em áreas rurais ou informais (Gráfico 28).

Na Região de Integração Rio Caeté, houve uma redução

acentuada: em 2019, o índice era de 49,9 casos por 100 mil habitantes; em 2020, caiu para 38,5; em 2021, para 25,6; em 2022, para 13,9; e, finalmente, em 2023, atingiu 7,0. O estado do Pará apresentou comportamento semelhante, passando de 39,6 em 2019 para 11,0 em 2023. A tendência de queda é clara e consistente nos três níveis territoriais, refletindo avanços no combate ao trabalho infantil, ainda que em Nova Timboteua os dados estejam muito abaixo das médias estadual e regional, o que pode indicar uma situação de destaque ou, alternativamente, um desafio de visibilidade estatística (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

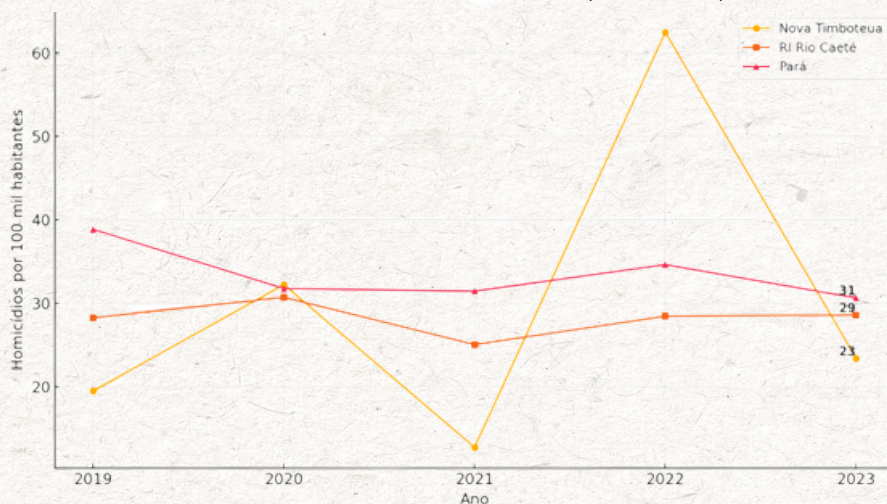
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Nova Timboteua, a taxa de homicídios apresentou grande oscilação entre os anos. Em 2019, o índice era de 19,6 homicídios por 100 mil habitantes. Esse número subiu para 32,5 em 2020, caiu drasticamente para 13,0 em 2021, disparou para 62,6 em 2022, o maior valor da série, e recuou novamente para 23,3 em 2023. Essas flutuações apontam para um cenário de instabilidade na segurança pública do município, possivelmente associado a eventos isolados de violência letal, variações na atuação policial ou conflitos territoriais locais (Gráfico 29).

A Região de Integração Rio Caeté manteve-

se mais estável, variando de 28,3 em 2019 para 29,2 em 2023, com leve oscilação no período. Já o estado do Pará iniciou com 39,2 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, reduziu para 31,0 em 2023, com comportamento mais regular e taxas superiores à média regional e municipal. Assim, embora Nova Timboteua tenha encerrado o período com taxa inferior à estadual, o pico em 2022 acende um alerta para a necessidade de monitoramento constante da violência e de políticas locais eficazes de prevenção, mediação de conflitos e controle criminal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

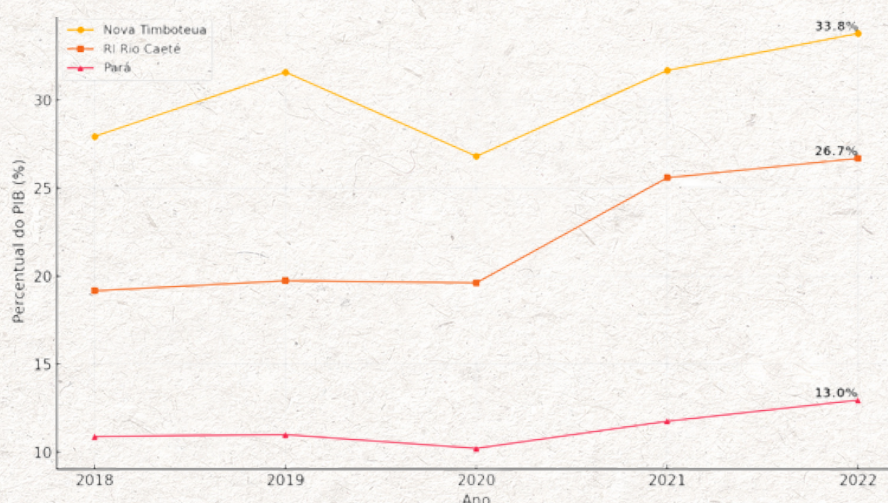


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, Nova Timboteua apresentou crescimento expressivo no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB, partindo de 27,9% em 2018 para 33,8% em 2022. Após um aumento inicial para 31,5% em 2019, o percentual sofreu uma leve queda em 2020, atingindo 26,9%, o menor valor da série. A partir de 2021, observou-se uma retomada robusta, com elevação para 31,8% e novo avanço em 2022. Esse comportamento revela um padrão de recuperação fiscal pós-pandemia, com intensificação do papel do gasto público na economia local, o que pode estar atrelado ao aumento de investimentos em políticas sociais, infraestrutura ou serviços essenciais (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Caeté, o gasto como proporção do PIB também cresceu, passando de 19,2% em 2018 para 26,7% em 2022. Já no estado do Pará, o crescimento foi mais moderado: de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. Essa comparação evidencia que Nova Timboteua opera com um nível de gasto público municipal proporcionalmente muito superior ao da média estadual e até mesmo regional, reforçando o protagonismo da administração municipal na dinamização econômica. Esse padrão, embora possa indicar esforço de promoção do bem-estar local, também demanda atenção à sustentabilidade fiscal de médio e longo prazo (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

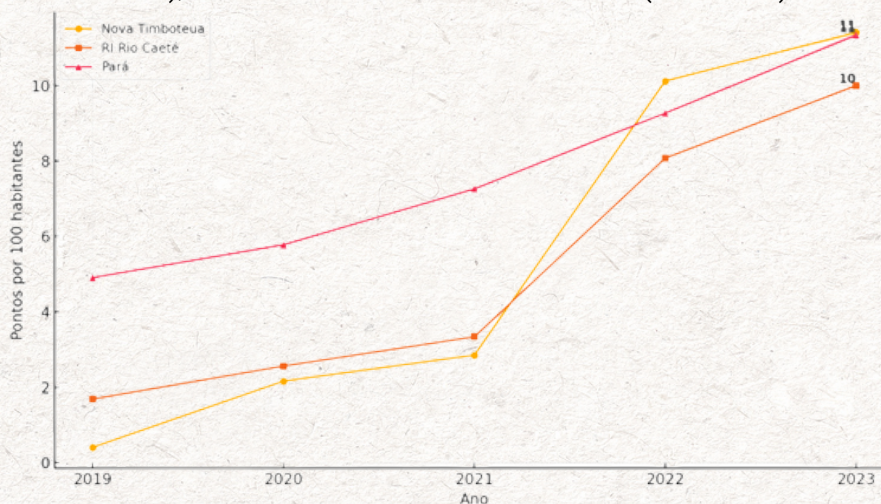
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Nova Timboteua apresentou um crescimento expressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de apenas 0,4 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11,3 pontos em 2023. O avanço foi gradual até 2021 (atingindo 2,9 pontos), mas acelerou de forma notável entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou para 10,1 pontos, indicando um processo de rápida expansão da infraestrutura de conectividade no município, possivelmente impulsionado por políticas públicas ou investimentos privados em telecomunicações. Em 2023, o crescimento se manteve, ainda que em menor ritmo, chegando a 11,3 pontos (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Caeté, o aces-

so evoluiu de 1,7 pontos em 2019 para 10,0 pontos em 2023, enquanto o estado do Pará, que iniciou com 4,9 pontos, chegou a 11,1 no mesmo ano. Comparativamente, Nova Timboteua saiu de uma posição muito inferior às médias regional e estadual para praticamente equiparar-se ou até superar os demais níveis em 2023. Essa convergência é indicativa de melhora significativa no acesso digital no município, com potenciais impactos positivos em áreas como educação, inclusão social e desenvolvimento econômico local, sobretudo em contextos pós-pandemia em que a conectividade passou a ser essencial (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

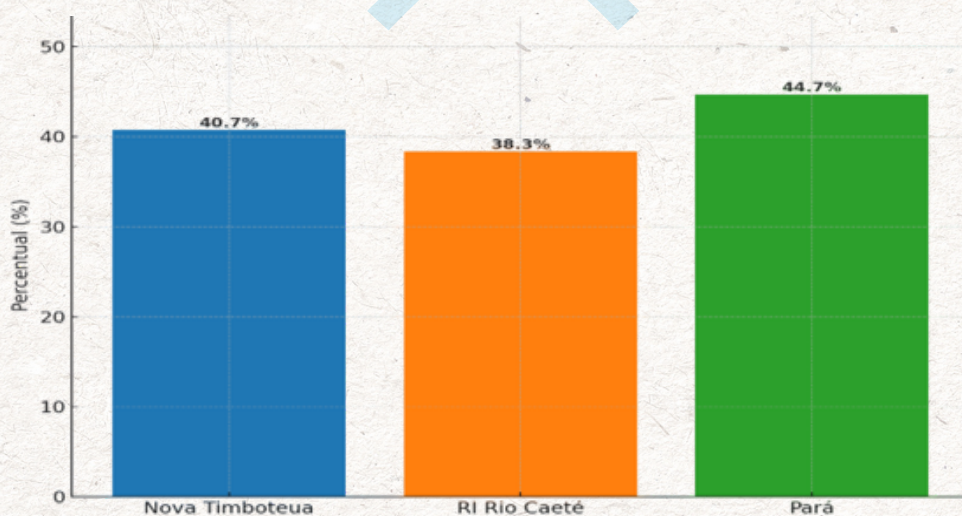
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Nova Timboteua** registrou um IDS de **40,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Nova Timboteua x RI Rio Caeté x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



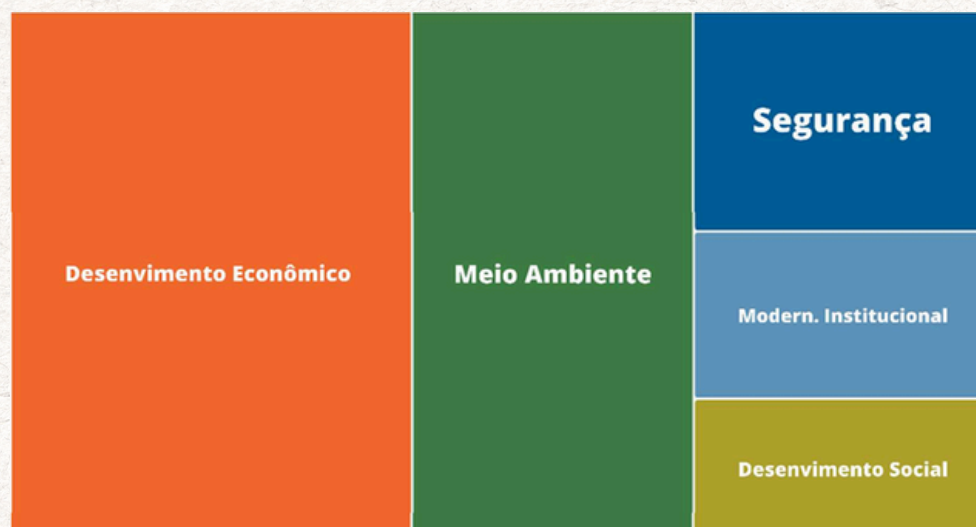
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



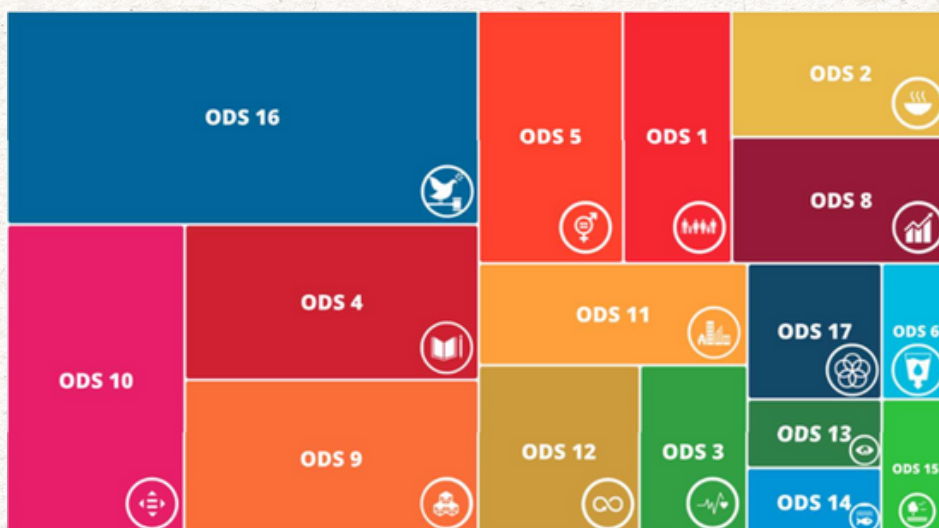
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-


mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Nova Timboteua na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Nova Timboteua e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

